

Tzvetan Todorov. 2006. *A Nova Desordem Mundial*. Título original: *Le Nouveau Désordre Mondial*. Paris: Éditions Robert Laffont/Susanna Lea Associates, 2003. Tradução: Teresa Curvelo. Lisboa: ASA Editores. 80 pp. ISBN: 972-41-4534-4.

Esta obra de Tzvetan Todorov, pensador contemporâneo nascido na Bulgária, radicado em França e com ligações académicas à América do Norte, apresenta uma leitura inédita de um acontecimento internacional actual: a guerra do Iraque, suas causas e implicações. Para o efeito, apresenta oito capítulos, que arrisco dividir em duas grandes partes. Na parte I da obra, o autor concentra-se no conflito iraquiano, iniciando, nos dois primeiros capítulos – ‘As Razões da Guerra e os Neofundamentalistas’ – uma análise das motivações da guerra. Todorov decompõe o discurso da administração norte-americana, de modo a explicar ao leitor os riscos do uso absoluto do poder e da força bélica, os perigos da exportação do modelo democrático, os riscos da dominação em nome de qualquer Bem e os princípios, numa democracia liberal, da política externa no mundo de hoje. Trata-se, assim, de uma crítica da política externa dos EUA, baseada em factos históricos do século XX e XXI e não em qualquer sentimento anti-americano. As consequências da guerra, nomeadamente, sob o ponto de vista da luta contra o terrorismo, é apresentada no 3º capítulo – ‘A Fragilidade do Império’. Neste ponto, o autor esclarece as implicações, para os EUA, da sua nova estratégia baseada na ‘guerra preventiva’ e as mínimas consequências práticas que a mesma obteve no combate ao terrorismo. No sentido de tornar mais clara a sua posição, o autor analisa, nos dois capítulos seguintes – ‘O Elogio do Pluralismo’ e ‘Força ou Direito?’ – o funcionamento do direito internacional e a sua inoperância.

A parte II, segundo a minha própria leitura da estrutura de significado da obra, apresenta uma estratégia para limitar o poder da super potência americana: a Europa transformada numa ‘Potência Tranquila’ (6º capítulo). Trata-se de um modelo de unificação, baseado no pluralismo, capaz de construir uma estrutura militar própria que permitiria, por um lado, reduzir a dependência da Europa em relação aos EUA, em questões de segurança, e, por outro, assumir um papel relevante na política internacional. A Europa

como a via desta nova estratégia é fundamentada nos valores e princípios existentes no ‘velho’ continente, que o autor apresenta no penúltimo capítulo intitulado ‘Valores Europeus’. E finaliza a obra com algumas ideias necessárias para a reestruturação de uma nova potência europeia, no capítulo ‘Adaptação das Instituições’.

Assim sendo, no primeiro capítulo, o autor analisa as diversas razões apresentadas para a guerra no Iraque. E inicia a abordagem com o discurso proferido por George W. Bush, em Março de 2003, onde são apresentados dois motivos para avançar com o conflito: o facto de o regime iraquiano possuir armas de destruição maciça (as ‘*mais mortíferas jamais concebidas*’) e ‘*a ajuda, preparação e asilo*’ que o regime teria dado aos terroristas, incluindo agentes da al-Qaeda (p.11). Todorov questiona a credibilidade destas ameaças. Em relação à primeira, o autor considera que o conhecimento que a administração americana possuía da situação iraquiana permitia-lhes saber que após os bombardeamentos israelitas, as instalações nucleares foram destruídas e a constante vigilância do território não permitiu retomar o programa nuclear. Por outro lado, as armas biológicas existiam no país – tendo sido usadas contra a população xiitas e curdas – mas a curta duração da eficácia das mesmas, tornavam esta ameaça relativa, acrescentando-se o facto de o líder do regime não ignorar a força dos EUA, da Grã-Bretanha e de Israel que possuíam tais armas em maior número e de melhor qualidade. Para além disso, as armas químicas teriam sido eliminadas na primeira Guerra do Golfo em 1991. O argumento de Todorov é que o líder iraquiano não teria, certamente, qualquer problema moral em utilizar armas biológicas e químicas, nomeadamente na situação do ataque do país, mas nunca o fez, provavelmente pela noção da sua inferioridade. Trata-se de armas que, pelas suas consequências, são utilizadas com adversários mais fracos, o contrário poderia ser um ‘*autêntico suicídio*’ (p.12). A evidência que o Iraque estava longe de ser um país com capacidade para conceber as armas mais mortíferas do mundo – ‘*honra que cabe aos países ocidentais*’, estando na primeira linha os EUA – parecia clara, o que se comprovou logo no início do conflito.

A segunda razão apresentada – a guerra contra o terrorismo – surgia como uma legi-

tima defesa, já que os países ocidentais (e outros) foram agredidos. A dúvida do autor, no entanto, refere-se à validade de considerar o Iraque como o responsável, ou, pelo menos, como impulsionador importante, do terrorismo internacional. O que se sabia – e sabe – é que o governo iraquiano pagava indemnizações às famílias dos palestinianos que se sacrificavam em atentados suicidas, uma atitude reprovável, mas inconfundível com as agressões terroristas aos países ocidentais, nomeadamente o ataque do 11 de Setembro de 2001, que teve '*motivações puramente ideológicas*' (p.13). No plano ideológico, a relação entre Saddam Hussein e Osama bin Laden só poderia ocorrer em circunstâncias extremas – como foi, precisamente, o caso da guerra contra o Iraque.

Duvida-se, hoje, que a intervenção americana tenha atenuado o terrorismo. A luta contra o terrorismo constitui uma luta de paciência, tenacidade e informação e não pode ser baseada numa resolução bélica. Como o autor refere: ou a administração Bush não conhece este fenómeno (o que é pouco provável) ou tentou resolvê-lo pela via mais fácil – bombardear o país – de forma a tranquilizar, rapidamente, a opinião pública interna (p.13).

Tendo em conta a falta de plausibilidade nas razões apresentadas pelo presidente norte-americano, aquando da declaração de guerra, criaram-se as condições para o surgimento de uma série de especulações, que o autor procura desmontar. A primeira refere a '*tentativa de encarnação do cristianismo*', o que parecia ser corroborado pela utilização do termo '*cruzada*', para definir a intervenção no Iraque, nos primeiros discursos de G. W. Bush e sua insistente necessidade de nos dar a conhecer a sua vocação cristã (p.13). A justificação baseada em motivações religiosas teve poucos ecos em grande parte dos países da Europa (habituaados a separar a Igreja e o Estado) e entre os próprios colaboradores e conselheiros próximos do presidente. As instâncias oficiais da Igreja reprovaram a guerra, sublinhando-se a intervenção do Papa nesse sentido. Bush acaba por retirar a palavra '*cruzada*' dos seus discursos.

O autor comenta outras especulações propostas para a guerra no Iraque. 1) Um meio de resolução de outro conflito – o conflito israelo-palestiniano – o que poderia ser considerado como uma '*obsessão pelas conspirações*' (p.14). 2) Uma forma de se apossar

das reservas petrolíferas iraquianas, justificção influenciada pela habitual '*argumentação marxista, segundo a qual o material determina o espiritual e o económico explica o político*' (p.15). 3) Uma forma de fortalecer o poder político interno, garantir a reeleição e confirmar o elevado orçamento militar. No entanto, é pouco provável, segundo Todorov, que uma política colectiva seja decidida apenas em função de interesses puramente particulares (pp.15-16).

No seu esforço para encontrar os fundamentos da intervenção no Iraque, Todorov termina este capítulo, retomando o discurso de George W. Bush onde, para além das razões evocadas, anuncia que a '*causa dos Estados Unidos é boa e justa: a liberdade para um povo oprimido e a segurança para o povo americano*'. (p.16). O argumento oficial é, portanto, baseado numa dupla fundamentação: dar a liberdade aos outros e garantir a segurança do país.

Na verdade, os problemas de segurança são de uma importância óbvia para Todorov, já que compete aos dirigentes de um país defender o interesse nacional. A originalidade desta situação, porém, reside, para o autor, na missão de '*levar a liberdade a outros povos*'(p.17), um propósito perigoso e questionável. Nesse sentido, apresenta inúmeras questões que tenta ele próprio argumentar. Terá o desejo de impor uma democracia liberal aos outros dominado, intrinsecamente, a política externa dos EUA? Na verdade, esta intenção não está patente no convívio que o poder americano manteve com ditaduras militares na América Latina e nas relações 'amigáveis' que estabelece com países como o Paquistão ou a Arábia Saudita. Por outro lado, será correcto considerar que a liberdade dos povos contribui para aumentar a segurança interna dos EUA? De facto, existe sempre a possibilidade de os povos que se exprimem livremente serem hostis aos EUA, a não ser que a liberdade se refira a imposição de dirigentes que '*não hesitam em restringir as liberdades civis e em reforçar os poderes policiais*' (p.17), como é o caso da Jordânia, Egipto, Argélia e até da Turquia.

Finalmente, o autor apresenta a liberdade e a segurança como dois objectivos ideologicamente compatíveis, mas com meios para a sua concretização conjunta dificilmente conciliáveis. E, embora considere o regime de Saddam Hussein '*uma ditadura odiosa, cujo derrube ninguém lamenta: neste caso*

concreto não havia nenhum conflito entre a própria segurança e a liberdade dos outros' (p. 18), pondo em causa os objectivos apresentados e os meios adoptados – '*uma intervenção militar que não tem a ver com legítima defesa: aquilo que se chamou uma 'guerra preventiva'*' (p.19).

O autor questiona, igualmente, a vocação que os ideólogos da actual política externa dos Estados Unidos afirmam para o seu país – impor o Bem ao mundo, a missão que o presidente Bush referiu como justificativa da guerra no Iraque e de qualquer outra 'guerra preventiva' que possa surgir. Segundo Todorov, este tipo de pensamento é '*neofundamentalista: fundamentalista porque se reclamam de um Bem absoluto que querem impor a todos; e neo porque esse Bem é constituído já não por Deus, mas pelos valores da democracia liberal*' (p.21). O argumento é, de resto, reverberatório de uma atitude bem conhecida do pensamento colonialista, na Europa do século XIX.

O propósito de estabelecer a democracia e acabar com a opressão parte do pressuposto que a sociedade iraquiana é um conjunto desconexo, onde facilmente se pode introduzir um novo regime político (como um produto comercial) sem ter em conta a estrutura social do país. Por outro lado, o facto de o poder ficar nas mãos do povo não garante que seja de inspiração liberal ou proteja as liberdades de todos os indivíduos, já que uma república islâmica pode ser imposta pela vontade do povo e, embora democrática neste sentido, não iria, contudo, contribuir '*para o bem-estar de toda a população*' (p.31).

O neofundamentalismo americano não é, segundo o autor, congruente com a democracia liberal, onde o '*Estado assegura a paz entre cidadãos e fixa o limite inferior que não pode ser transgredido mas não formula um ideal que todos estão obrigados a seguir*' (p. 23). A democracia parte do princípio soberano do povo, que, desse modo, define para si o Bem, sem que tal lhe seja imposto. Para esse efeito, contraria as tiranias, através da denúncia pública do não reconhecimento da legitimidade dos governos, e do modelo de iniciativas políticas, diplomáticas e económica – '*negociação em detrimento da intervenção, a obstrução em vez da ocupação*' (p.24). Para Todorov, a 'missão' norte-americana para impor a liberdade aos outros, significa, na verdade, subjugar-los, impondo a igualdade como uma forma de julgar os outros inferiores.

Neste sentido, o autor rejeita a legitimidade destes argumentos, ou, pelo menos, a sua compatibilidade com o espírito democrático do '*direito de ingerência*' (pp.25-26). Nesse contexto, apresenta a distinção intrínseca, nas democracias liberais, entre a política interna e a política externa. Na primeira, os estados podem recorrer à coacção para garantir o poder e a justiça. No entanto, na relação com os outros países, a força serve apenas para defender os seus cidadãos e os seus bens. Esta diferenciação permite distinguir as democracias, que usam a força para se defender – como foi o caso da guerra contra a Alemanha Nazi ou o Japão – do uso da força pelos estados não-democráticos, onde a força é um meio para levar o resto do mundo a se ajustar aos seus objectivos.

A defesa do próprio país é, assim, inerente à política externa de qualquer governo democrático. O que diferencia a actual posição dos EUA é, porém, a ideia que '*os seus interesses entram em jogo em toda a superfície do globo*' e que '*para os defender, está disposto a recorrer, de imediato, ao uso da força militar*' (p.27). Esta premissa leva o autor a considerar a política externa dos EUA, actualmente, como uma '*política imperialista*'. A natureza deste imperialismo é diferente do colonialismo francês ou britânico do século XIX, bem como da política de anexação da URSS, no século XX, porque não procura nem ocupar, nem anexar países, mas contender com os governos dos países adversos política e economicamente. Esta estratégia imperialista permitiu manter, de forma inquestionável, a hegemonia dos EUA até aos atentados do 11 de Setembro, que tornaram evidente que a ameaça agora não vem de nações e governos, mas de sujeitos (terroristas) individuais. Este novo tipo de ameaça implica meios de combate distintos da guerra clássica, porquanto não se identifica com um país que se pode atacar, nem se negocia com restrições ou represálias (de outro modo poderá fazer lembrar, segundo Todorov, '*um pugilista que tenta esmagar mosquitos sem descalçar as luvas*' p.33). Apesar disso, a resposta dos EUA foi a guerra, inovando apenas na motivação '*preventiva*' da mesma. Este é um novo conceito ou uma nova metodologia na vida internacional moderna, uma vez que as grandes potências '*já se haviam erigido, como princípio, a decisão unilateral de desencadear uma guerra, por causa de um ataque mera-*

mente eventual' (p.29) ou 'em virtude de um sentimento' de insegurança, assente numa apreciação forçosamente parcial e subjectiva' (p.31).

Desta forma, Todorov duvida que os resultados do conflito tenham de facto 'prevenido' o terrorismo; em contrapartida, os efeitos negativos são incontestáveis. A supremacia militar dos EUA foi confirmada, mas criou sentimentos 'difusos de hostilidade' (p.35), não só nas populações do terceiro mundo, como no interior dos aliados tradicionais. Os efeitos negativos sobre a opinião pública ganharam uma grande dimensão na própria sociedade americana.

Nos capítulos seguintes, designados 'O Elogio do Pluralismo' e 'Força ou Direito?', o autor defende a necessidade de um pluralismo internacional, baseando-se na ideia de Montesquieu onde 'todo o poder sem limites não é um poder legítimo'. A legitimidade surge da imposição de limites e, consequentemente, da sua partilha. Esta lógica traduz a distinção entre a unidade – onde se detém o Bem e o direito de o impor aos outros – e a pluralidade – que, embora espere ser a melhor solução, não impõe, mas reparte e separa os poderes (pp.40-41). Esta limitação do poder advém, na política interna, da independência entre os poderes executivo, legislativo e judicial, da pluralidade de partidos e fontes de informação, etc. Na vida internacional, a limitação decorre do respeito pela soberania dos outros estados (mesmo quando se tem poder para os dominar) e do respeito pelas convenções e tratados entre países (mesmo quando se tem a possibilidade de não respeitar o que foi acordado). Esta distinção deixa claro que as obrigações assumidas face às organizações internacionais não têm a mesma natureza do direito nacional, tanto pelo seu significado voluntário, como pela inexistência de um 'braço armado' (p.46) que garanta a sua concretização.

O direito (e a ordem) internacional não têm a 'força de lei' (p.46), pela inexistência de uma policia mundial (e um estado universal). A própria ONU 'não tem fundamento em nenhum direito', evidência presente, quer no 'direito de veto' detido pelos cinco membros do Conselho de Segurança, quer nas situações em que a ONU revelou completa ineficácia (genocídio no Camboja e no Ruanda, chacinas no Sudão e na Etiópia, guerras civis em Angola e Serra Leoa). Esta inoperância da

ONU é visível nas duas opções possíveis perante o conflito iraquiano: subordinar-se aos EUA, demonstrando a sua subserviência, ou opor-se provando a sua incapacidade. Ao escolher a segunda, porém, salvou 'a honra, mas nem por isso a sua fraqueza deixou de ficar bem patente' (p.47-48).

Como assegurar a paz no mundo é a questão que o autor coloca no final deste capítulo. Alguns países (como a França) defendem que a paz internacional será garantida pelo direito internacional, solução que a história, porém, tem demonstrado ineficaz. Outros países (como os EUA) confiam na força, o que implicaria que todos os demais países se submetessem a uma grande potência militar. As duas opções têm, porém, um eixo comum: 'a busca da salvação na unidade' (p.51). Todorov apresenta, por isso, uma terceira via: a pluralidade, que garante a paz, através do equilíbrio entre as várias potências e onde a 'Europa de amanhã pode encontrar o seu lugar' (p.51). Esta opção é desenvolvida apresentada no capítulo seguinte - 'Uma Potência Tranquila'.

Desde a criação da NATO, a Europa usufrui da protecção militar norte-americana e, apesar de o motivo original desta aliança ter terminado com a queda do muro de Berlim, o facto é que a defesa europeia não foi repensada. Nenhum país europeu dispõe de força militar para, sozinho, assegurar a sua defesa contra uma grande potência, nem possui força suficiente para influenciar os acontecimentos a nível mundial (veja-se, precisamente, o fracasso francês na polémica que antecedeu a guerra do Iraque, em 2003). De igual modo, a UE não possui uma política de defesa comum, nem um exército. Esta situação colocou a Europa num embaraço, aquando do conflito iraquiano: ou se admitia a dependência militar e renunciava a qualquer crítica (o exemplo da 'carta dos oito'), com a consequente submissão incondicional à política externa norte-americana; ou se criticava a acção americana, mas renunciando à sua protecção militar, mesmo com a consciência que o desarmamento, por si só, não garante a paz. Adoptar qualquer das duas posições é, certamente incoerente e improdutivo. Para ultrapassar este impasse, o autor apresenta uma terceira opção: 'transformar a UE numa potência militar', habilitada para se tornar numa 'parte interveniente nessa ordem pluralista capaz de garantir o equilíbrio mundial' (p.55).

A originalidade do modelo de unificação dos estados europeus serviria de base para uma Europa como '*potência tranquila*' (p.56). O autor apresenta os objectivos da força militar desta nova potência: defender o território europeu contra toda e qualquer agressão; impedir qualquer tipo de confronto armado no interior do território europeu; reprimir, sob a ameaça de represálias, qualquer ataque proveniente de outra grande potência; intervir no resto do mundo como uma força militar rápida, a pedido de governos amigos ou para impedir um genocídio em curso; finalmente, prestar auxílio a um parceiro privilegiado da União quando atacado (p.56). Esta nova força teria que renunciar a pretensões imperialistas, nomeadamente, gerir os assuntos do mundo inteiro, o que não se traduz numa indiferença em relação a agressões e actos contra a humanidade mas na iniciativa, através de meios não militares; de derrubar governos criminosos, não confundindo '*os que nos desagradam com os que nos agredem*'. Outra questão fundamental é não procurar se igualar à potência americana ou incluir na sua estratégia qualquer conflito militar com os Estados Unidos (p. 57).

Esta '*potência tranquila*' assentaria nos '*Valores Europeus*', que o autor analisa no capítulo seguinte. A Europa é apresentada como o '*velho*' continente que apreendeu, com a Segunda Guerra Mundial e com a Guerra Fria, o preço do imperialismo. Por outro lado, a unificação da Europa não colocou em causa a pluralidade que a caracteriza e, simultaneamente, não implicou a perda das identidades nacionais. Outra característica singular, em relação ao passado europeu, é a certeza actual que a guerra entre os países que formam a UE é '*inimaginável*' (p.62), resultado material das '*principais componentes do próprio modelo europeu*' (p.63), designadamente *Racionalidade, Justiça, Democracia, Liberdade individual, Laicidade e Tolerância* (pp.63-70).

Para se alcançar a condição de '*potência tranquila*', o autor defende a necessidade incontornável de alterar as instituições europeias, através de um conjunto de estratégias que apresenta no último capítulo – '*Adaptar as instituições*'. Um imperativo seria a conjugação e reforço dos orçamentos militares para criar uma força militar autónoma (p.71). De igual modo, e tendo em conta as diferenças entre os países, impõe-se a construção de uma nova Europa '*não a varias ve-*

locidades, mas em diversos círculos concêntricos' (p.72). O núcleo duro (círculo interior), constituído pelos países que consideram que os problemas quer de segurança, quer das relações extra-europeias lhe são comuns, unificariam as respectivas políticas externas e de defesa, tornando-se numa federação (p.72). O círculo concêntrico subsequente equivaleria ao actual modelo da UE, formando um espaço de unificação para a economia, a justiça, a polícia, a cultura e a educação e onde os membros poderiam optar pela adesão (ou não) à Federação (p.73). O terceiro círculo estende-se para fora da Europa, com o estabelecimento das fronteiras (pp.73-74).

Esta reestruturação implicaria o reforço das instituições centrais, nomeadamente pelo fortalecimento da democracia e da legitimação (por sufrágio) da chefia da União (p.74/75). O presidente da Europa, assistido pelos ministros da Defesa e do Exterior da Federação Europeia e pela Comissão que preside, teria poderes para formular as grandes linhas da política europeia. Os comissários deixariam de representar os estados membros, tendo como missão zelar pelo bem-estar europeu (p.75). O autor avança ainda uma ideia controversa: a necessidade da adopção de uma '*língua de trabalho única*', que seria o '*inglês internacional*' (p.76), e outra ideia, certamente, mais consensual: a instauração de um feriado, de uma ' *festa da Europa*' (p.77).

Em última instância, um projecto possível e arrojado para o futuro.

Jacqueline Marques
Instituto Superior Miguel Torga

Robin Dunbar. 2006. A História do Homem. Título original: The Human Story. Londres: Faber. 2005. Tradução: Manuel Leite. Lisboa: Quetzal. 195 pp. ISBN 972-564-645-2.

A tradução portuguesa de *The Human Story* é um facto a assinalar. Tanto quanto julgo saber, nenhum livro de Robin Dunbar tinha ainda merecido a enorme distinção de ser publicado em Portugal (coisa que o deprimia brutalmente). Dunbar trabalha na Universidade de Liverpool e já publicou, entre